



DIÁRIO DE NOTÍCIAS		DIÁRIO POPULAR	
SÉCULO		DIÁRIO DE LISBOA	
JORNAL DO COMÉRCIO		CAPITAL	
DIA		REPÚBLICA	
DIÁRIO		JORNAL NOVO	
PRIMEIRO DE JANEIRO		LUTA	
JORNAL DE NOTÍCIAS		A TARDE	-2. OUT 1979
COMÉRCIO DO PORTO			

Nota do dia

O estabelecimento de uma relação mais clara entre os direitos individuais e os direitos dos povos constituiu um dos temas da intervenção que, no seu estilo habitual, a eng. Maria de Lourdes Pintasilgo fez ontem na Assembleia Geral da ONU, em Nova Iorque. A Chefe do Governo português disse que «não é possível falar em termos mundiais quando se não afirma o homem singular».

Com efeito, nunca como hoje esteve na ordem do dia o problema dos direitos individuais como alicerce da ordem interna dos Estados. Nunca como hoje o respeito das liberdades e das garantias individuais da pessoa humana se impôs à consciência internacional como condição «sine qua non» da existência de um Estado de Direito.

A possibilidade, referida por Pintasilgo, de cada homem escolher o seu destino, criar a sua história, dizer a sua palavra, em suma o «direito a ser diferente e a exprimir essa diferença», essa possibilidade, dizíamos, encontra-se claramente institucionalizada nas sociedades democráticas ocidentais. Mas será escusado procurá-la nos países do bloco soviético, por exemplo, onde uma degeneração dos conceitos de liberdade e de democracia transformou o homem em mera peça da máquina onipotente do Estado.

E excelente que a senhora Primeiro-Ministro de Portugal aproveite o seu discurso na ONU para a afirmação de princípios que são inegavelmente caros a todos os verdadeiros democratas, designadamente àqueles dos seus concidadãos que sempre lutaram, antes e depois de 25 de Abril, pela instauração de um regime de liberdade, paz e justiça social no País. Aqueles que, opondo-se ao regime anterior, o fizeram, não para que se lhe substituísse um outro, de sinal contrário, mas inquestionavelmente mais feroz no cerceamento das capacidades de afirmação individual do homem, e sim um autêntico regime democrático segundo o modelo vigente nas sociedades da Europa Ocidental.

Não se vê, porém, como a afirmação de tais princípios perante a ONU possa conciliar-se, no plano interno, com uma política de cedência perante as forças políticas que pretendem impor-nos um modelo de sociedade em que eles são liminarmente rejeitados.

Reflexões

Por falta de autoridade, os portugueses matam-se no Alentejo. A sra. Primeiro-Ministro, com um mês de frágil Governo à sua frente, fala na ONU, a sete horas de distância de avião de Lisboa. Preocupa-se com o Mundo, fala dos árabes, recebe o sr. Arafat, hostiliza o sr. Menachem Begin e o povo de Israel. Pequeno País, que pode Portugal fazer no Mundo, melhor do que tratar do bem-estar e da dignidade dos próprios portugueses? Quem vê a Suíça, poderosa, próspera e feliz, envolver-se em questões que não sejam a neutralidade restrita e passiva? Economistas reunidos na Gulbenkian menearam a cabeça, ao fim de um colóquio sério e grave e disseram: «Um país não pode ser bem governado se não tiver uma política e um plano.» A sra. Primeiro-Ministro falou, entretanto, na ONU, sobre a política e os planos do Mundo.